

# EPISTEMOLOGÍA E HISTORIA DE LA CIENCIA

SELECCIÓN DE TRABAJOS DE LAS XVIII JORNADAS

VOLUMEN 14 (2008)

Horacio Faas  
Hernán Severgnini

Editores



ÁREA LOGICO-EPISTEMOLÓGICA DE LA ESCUELA DE FILOSOFÍA  
CENTRO DE INVESTIGACIONES DE LA FACULTAD DE FILOSOFÍA Y HUMANIDADES  
UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons atribución NoComercial-SinDerivadas 2.5 Argentina



## O conceito de *literatura de viagens* no bojo de algumas narrações científicas sobre Moçambique constituintes do iluminismo português (1758 – 1807)

*José Roberto Braga Portella\**

Ao longo de e por todo o Império Ultramarino Português, como parte da política colonial do Marquês de Pombal (1750 a 1777, contando os períodos como Ministro dos Negócios Estrangeiros e Primeiro-Ministro), surge a necessidade de se obter um maior conhecimento sobre o que se passava pelas diversas colônias, exigindo deste modo, constantes relatórios sobre os recursos naturais, a situação política, econômico-financeira e administrativa de tais territórios.

O esforço pombalino na obtenção de um máximo de informações possíveis sobre o espaço ultramarino, proporciona uma profusão de textos, mapas, e outros informes, que são elaborados com o fito de elucidar a Coroa com respeito aos diversos territórios com os quais os portugueses entraram em contato, assim como, acerca das possibilidades de melhor aproveitar os seus recursos.

A participação, e exercendo um papel fundamental, da Universidade de Coimbra nesse processo, pode ser percebida através deste trecho dos seus Estatutos referente ao ensino da Matemática,

Por elas se regulam as Épocas, e Medidas dos tempos; as situações Geográficas dos Lugares, as demarcações e medições dos Terrenos, as manobras, e derrotas da Pilotagem; as operações tácticas da Campanha, e da Marinha, as construções da Arquitetura naval, Civil, e Militar, as Maquinas, Fabricas, artificios, e Aparelhos, que ajudam a fraqueza do homem a executar, o que de outra sorte seria impossivel às suas forças; e uma infinidade de outros subsídios, que ajudam e promovem, e aperfeiçoam vantajosamente um grande número de Artes úteis, e necessárias ao Estado. Por todas estas razões pede o Bem público dos meus reinos, e Senhorios, que entre os meus Vassallos haja sempre mathematicos insignes, de cujas idéas se utilizem os Povos e que possam ser proveitosamente empregados no meu Real serviço<sup>1</sup>

Como a historiadora Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz comenta a respeito desse trecho,

Este excerto pode ser lido como uma mostra formidável do universo mental do Estado português setecentista. Através da explicitação das utilidades da matemática, percebe-se como que um re-construir da epopéia portuguesa dos descobrimentos e de domínio da natureza, agora sob os auspícios das modernas ciências exatas e dos novos conhecimentos técnicos. A matemática seria útil por ensinar a dominar o tempo antropológico, tempo dos homens. Homens em movimento que, ao desvendar novas geografias, recorrem à matemática para construir territorialidades, demarcando e medindo a posse da terra. A intenção de retornar a esse mundo alargado exigiria, ainda, o conhecimento científico da matemática para traçar rotas precisas dos caminhos por terra e por mares. Para a concretização da posse e defesa das terras, concorrem as técnicas construtivas dos navios, das edificações e fortificações. Implícita nas referências às máquinas e fábricas, aos

\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Doutor em História pelo PPGHIS da UFPR. Esta comunicação apóia-se em pesquisas realizadas em Portugal por meio de bolsa-sandwich da CAPES.

artifícios e aparelhos, e à “uma infinidade de outros subsídios” estava a idéia do progresso técnico, ajudando os homens a superarem sua fragilidade física. Finda o discurso utilitário com, uma palavra de pragmatismo aos futuros “matemáticos insignes”. um emprego régio a serviço do bem público<sup>2</sup>.

### **As descrições e narrações dos espaços não-europeus: entre o “científico” e o “sentimental”**

Até a última década do século XVIII, pode-se dizer que a literatura europeia a respeito dos espaços não-europeus encontrava-se dividida entre dois pólos distintos. Por um lado, o caracterizado como científico, que englobaria as “descrições de viagens e inumeráveis livros de história natural taxonômica”, e por outro, o caracterizado como sentimental, que englobaria as “narrações de viagens, novelas e poesia romântica do sublime”<sup>3</sup>.

Para Mary Louise Pratt, a experiência que melhor traduziu essa polaridade foi a da expedição científica de Charles Marie de La Condamine ao continente americano (Peru) com a finalidade de “medir a longitude exata de um grau no equador”, realizada entre os anos de 1735 a 1745.

A expedição de La Condamine, mesmo levando em conta seus inúmeros percalços, alcançou sucesso. E, talvez por causa dessas dificuldades, seja “mais lembrada por sua carga dramática do que por seus êxitos científicos”. Segundo Pratt,

Os expedicionários sofreram muitos desastres e quando, dez anos depois de sua partida, regressaram à Europa, não levavam mostras de botânica mas, somente, relatos horripilantes de espionagem, intrigas, assassinatos, doenças, sofrimentos e amor. Eram histórias relatadas em um estilo facilmente reconhecido para os europeus. o estilo dos naufrágios, do sofrimento e da sobrevivência que tinha sido o modelo utilizado na literatura de viagens desde o século XVI<sup>4</sup>.

Para Pratt, “a poética dessa ‘literatura de sobreviventes’ exigia um equilíbrio aristotélico entre a instrução e o divertimento”<sup>5</sup>. Além dos apêndices concernentes às descrições dos costumes, da fauna e da flora, era fundamental a presença dos elementos de emoção e os exóticos ao lado do “drama moral da redenção”.

Ao que parece Pratt desconhece que os ibéricos, em especial os portugueses, haviam partido para viagens e expedições pelos mares do planeta desde o século XV, chegando mesmo a estabelecer contatos e presença militar e comercial em boa parte dos continentes africano, asiático e americano. Não esquecendo o fato de os portugueses terem estabelecido a Carreira da Índia desde o início do século XVI.

Esse desconhecimento de Pratt a faz ignorar tanto *Os Lusíadas* como a *História trágico-marítima*, relatos das glórias e tragédias vivenciadas pelos portugueses em suas expedições rumo às riquezas do Oriente<sup>6</sup>.

No que concerne à escrita sobre as colônias, durante os séculos XVI e XVII desenvolveu-se no Império Português uma modalidade específica de descrição. O Império no Oriente caracterizou-se por uma proliferação de feitorias ancoradas em fracas bases territoriais, compondo uma espécie de arquipélago composto pelas muitas “pérolas” da Coroa. A tal configuração corresponde uma forma quase colecionista de conceber e relatar o Império, que aparece tanto nos textos como nos muitos álbuns de representações iconográficas de cidades, fortalezas e feitorias<sup>7</sup>.

Assim, a descrição desse universo era um desfiar das contas de um rosário, outra imagem possível para esta modalidade de descrição. Nesta categoria enquadram-se as descrições do cronista António Bocarro, muito atento às questões administrativas.

Além destas igrejas há na dita povoação [de Moçambique] outra chamada Misericórdia, que os casados sustentam, com um capelão e toda a mais fábrica, onde exercitam as obras da misericórdia com muita caridade. Nesta casa se ajuntam os moradores casados desta povoação para tratarem em algum particular do bem comum, porque como não têm casa de vereação (porque em tão pequeno povo parece-lhes não é necessária), na dita casa se ajuntam, ou para consultarem o que devem fazer ou para avisarem ao vice-rei se a matéria o pede<sup>8</sup>.

Também pode-se incluir nesta categoria o próprio Luís de Camões que reserva um verso para cada Cidade ou feitoria do Oriente

Esta ilha pequena, que habitamos, É em toda esta terra certa escala De todos os que as ondas navegamos, De Quíloa, de Mombaça e de Sofala, E, por ser necessária, procuramos, Como próprios da terra, de habitá-la, E por tudo enfim que nos notifique, Chama-se a pequena Ilha – Moçambique<sup>9</sup>

Este padrão textual só será alterado ao longo do século XVIII, quando a administração das colónias tenderá a burocratizar-se, no sentido weberiano do termo. É a hora e a vez dos chamados Diários de Viagens Filosóficas, Descrições, Memórias, Memoriais, Notícias e Relações, os quais são motivados principalmente por demandas do estado central. Quando não são escritos sob encomenda, esses textos são provocados por um desejo do autor em “mostrar serviço”, ou ainda como forma de cair nas graças de algum patrono a quem são dedicadas.<sup>10</sup> Outras vezes, elas estão voltadas ao mundo acadêmico e produzidas especificamente com o objetivo de serem veiculadas nos “periódicos científicos” da época, publicadas em especial nas Memórias da Academia das Ciências de Lisboa.

De acordo com a historiadora Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz,

Modelo paradigmático de expedição científica do Iluminismo, a viagem filosófica caracterizava-se pela pretensão enciclopedista de produzir um conhecimento extensivo e detalhado sobre o território visitado. O levantamento minucioso e exaustivo a que devia proceder o viajante naturalista não se restringia às produções do mundo natural, mas abarcava também a investigação sobre a “natureza humana” dos habitantes autóctones<sup>11</sup>

Desse modo, origina-se uma vasta literatura – compreendendo uma variada gama de formatos literários: relatos, memórias, instruções, notícias, diários -, que foi sendo produzida por administradores e artistas, militares e naturalistas, viajantes e juristas, engenheiros e cientistas.

### **A literatura de viagens sobre a África Oriental**

Não é escusado afirmar que a *literatura de viagens*<sup>12</sup> sobre Moçambique produzida pelos europeus, mas também por outros povos<sup>13</sup>, constitui-se num território de conflitos e convergências, em termos não apenas limitados aos aspectos literários<sup>14</sup>.

A preocupação portuguesa com a defesa e preservação dos espaços ocupados no território africano oriental, em razão da cobiça e dos avanços de ingleses, holandeses e franceses, contribuiu sobremaneira no atendimento das solicitações pombalinas pela recolha de informações

sobre Moçambique que permitissem tanto um melhor conhecimento sobre suas potencialidades, como para sua defesa enquanto território sob domínio lusitano.

No entanto, a pouca ou nenhuma exploração mais sistemática desses textos sobre Moçambique, provoca um certo desconhecimento a respeito deles entre os historiadores. Este desconhecimento, obra do acaso ou de uma construção deliberada, acaba por ocultar uma outra realidade: a necessidade da sua investigação para a revelação desse patrimônio literário e histórico. Os próprios autores dos textos sofrem deste certo desconhecimento, e isto revela-se na desproporção de informações possível de ser obtida a respeito de cada um deles, tanto biográficas como analíticas.

Como afirma Almiro Jorge Lourenço Lobo,

E a referência ao local de produção prende-se também com um aspecto importante: a hipótese de, a partir da leitura dos textos escritos nesse espaço, descobrir a rede de relações que se adivinha nos sujeitos produtores e que se plasma nos textos. Consubstanciar-se-ia o acto de descoberta dos contornos de uma “biblioteca” ou de uma herança literária que ecoa nesse *corpus* textual. Porque, dito de outro modo, a escrita implica a existência de uma leitura e vice-versa<sup>15</sup>.

Desse modo, é possível localizar em alguns dos autores dessa *literatura de viagens* versando sobre Moçambique, o que se poderia denominar de criação de “um espaço singular de confissão e de ocultação de um sujeito que reserva para si próprio o papel de filtro”. Espaço filtrante no qual, este sujeito se coloca como estruturador e gestor de um discurso que se pretende originalmente como objetivo e informativo.

Ao pretender-se como principal testemunha, se destaca a necessária colocação da presença física do narrador em pleno território objeto da escrita. Isto funciona como uma espécie de elemento assegurador de uma “verdade”, anúncio de um “exclusivo de fidelidade relativamente ao que ficaria dito”<sup>16</sup>.

A relevância desse procedimento retórico ultrapassa o mero interesse autobiográfico, pois, “a asserção da observação em primeira mão integra uma estratégia retórica de persuasão, um ‘topoi’ que pretende conferir veracidade ao universo textual construído”<sup>17</sup>.

Portanto, o narrador constrói a si mesmo como figura de sujeito de enunciação, isto é, atribui-se um duplo papel: o de mediador e o de operador. Sua consciência age em dois níveis, “no da interpretação da realidade e no da produção de um novo real, isto é, de um real só concebível enquanto transcrição do que teria sido percebido pelos sentidos”<sup>18</sup>.

### **Sobre o conceito de literatura de viagens**

Fernando Cristóvão correlaciona a *literatura de viagens* com as “muitas interrogações que o homem sempre formulou sobre o mundo desconhecido”<sup>19</sup> traçando o itinerário de tal experiência desde os babilônios, distinguindo as diversas etapas desse encadeamento, referindo os textos feitos em consequência dessas viagens, e identificando cinco tipos dominantes neste sub-gênero literário.<sup>20</sup>

Para Cristóvão, a *literatura de viagens* seria constituída pelo conjunto de textos que buscam na viagem uma identificação especial. Tal concepção é bastante próxima da defendida por Joaquín Rubio Tovar, para quem “es el viaje y lo que éste conlleva (el encuentro com un medio

extraño, la información histórica, política o geográfica de los territorios que se recorren, la aventura, etc.) lo que da su último sentido al escrito”.<sup>21</sup>

Com o acréscimo da noção de “contraste (outra forma de deslocação)”, Cristóvão concebe a viagem como “deslocação, percurso mais ou menos longo”<sup>22</sup>. Com isto amplia-se o terreno dos possíveis discursivos contemplados pela designação de *literatura de viagens*.

Desse modo, pertencem a esse território não só o conjunto dos “textos documentais ou literários que à viagem (por mar, terra, ar ou percursos imaginários) vai buscar uma identificação especial”, mas também o que “por ocasião da viagem” testemunhe aquilo que se considerou “digno de ser registado: a descrição da terra, dos usos e costumes dos seus habitantes, das situações históricas e antropológicas, que, por constraste [...] com as origens dos viajantes, forma um texto homogêneo e participa da mesma intencionalidade”.<sup>23</sup>

Assim, caberiam nesta acepção tanto *As viagens de Marco Polo*, os relatos de naufrágios que compõem a *História trágico-marítima*, a *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, ou os textos da primeira viagem de volta ao mundo feita por Fernão de Magalhães, como os relatos de viagens ao interior de Moçambique de Francisco José de Lacerda e Almeida e Manoel Galvão da Silva, a notícia ou relação de Inácio Caetano Xavier e António Pinto de Miranda, a carta ao sucessor de Baltazar Pereira do Lago, dentre outros.

Caberiam também as viagens fabulosas dos argonautas capitaneados por Jasão em busca do Velo de Ouro em *Os argonautas* de Apolônio de Rodes, a viagem e as peripécias na *Utopia* de Thomas Morus, as *Viagens de Gulliver* de Jonathan Swift, ou ainda, os *Diálogos das Grandezas do Brasil* de Antonil e o *Tratado da terra e gente do Brasil* de Pêro de Magalhães Gandavo.

Para Tovar, os livros de viagens teriam formado, na Idade Média, um “gênero multiforme”, o qual comportaria obras dos mais diversos feitios: guias destinados a viajantes, a mercadores ou peregrinos, relatos de embaixadores e missionários, obras em que a viagem se mistura com a geografia, viagens a um mundo imaginário.

Assim, segundo Tovar, seria uma literatura que buscava em cada passo um objetivo diferente, as obras ora serviam como fontes de conhecimento dos costumes de povos longínquos, ora tinham uma marcada intenção geográfica ou histórica, de tal modo que a viagem não seria o elemento essencial da obra.<sup>24</sup>

Percebe-se a distinção entre Cristóvão e Tovar quanto ao que entendem por *literatura de viagens* - o relevo do papel atribuído à viagem -, embora ambos estejam muito próximos na defesa da possibilidade de alargar o leque e o tipo diverso de obras concorrentes a determinar este gênero literário.

### **Conclusão**

Em paralelo a esse esforço ibérico de conceptualização, pode-se encontrar uma atitude conciliatória inclinada a sustentar a idéia de se estar perante atos prévios de um processo mais geral de apropriação e transmissão de um saber pluridisciplinar e enciclopédico.

Tzvetan Todorov integra a noção de *literatura de viagens* num complexo ato de conhecimento, tendo como eixo estruturador a viagem, de que se produziriam “narrativas de viagens”, descrições da natureza ou dos homens, poesia ou relatos de aventuras. As viagens de descoberta permitiriam explorar o desconhecido, enquanto nas de regresso se operaria a reaproximação do familiar.<sup>25</sup>

De qualquer modo, sem depender em exclusivo, da existência anterior de uma viagem real a partir da qual o sub-gênero se definiria, a idéia de literatura de viagens adotada traduziria uma concepção lata e eclética. A denominação *literatura de viagens* integraria, muito mais do que a compartimentação de designações exclusivamente temáticas ou ideologicamente marcadas, todas as manifestações discursivas que a viagem (no sentido lato do termo), direta ou indiretamente, proporcionou ou possibilitou.

Esse aspecto abrangente não anula a coexistência com o espectro de um certo desencanto e de alguma dúvida relativamente ao seu caráter de verdade<sup>26</sup>. Dúvida que assegura, afinal, a emergência de um meio de apropriação do real cada vez mais específico: a literatura que se reclama produtora de um real contíguo à realidade contactada.

## Notas

<sup>1</sup> Estatutos, vol 3, p. 143.

<sup>2</sup> Cruz, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos. uma leitura auto-etnográfica. Curitiba, 2004. Tese de doutorado defendida na UFPR. p. 107.

<sup>3</sup> Pratt, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. In: Estudos Históricos, vol 4, nº 8. Rio de Janeiro: FGV, 1991. p. 153. Segundo a autora, “Nesta polarização pode-se reconhecer as duas caras da hegemonia burguesa emergente: a separação entre formas subjetivas e objetivas de autoridade, entre as esferas pública e privada” p. 153

<sup>4</sup> Pratt, p. 153 grifo meu

<sup>5</sup> Pratt, p. 153

<sup>6</sup> *Os Lusíadas* são uma obra bastante conhecida, dos melhores exemplos da poesia feita no período. A *História trágico-marítima* trata-se de um “repositório inigualável da psicologia do homem dos descobrimentos, para além do documento filológico – uma prosa narrativa com a qual estamos menos acostumados que com a grande poesia da época, e que nos parece comumente mais longínqua que ela, em seus grandes momentos de enorme expressividade – para além do insuperado romance de aventuras que não deixa de ser, no aspecto mais catastrófico e terrível que se possa atribuir a essas aventuras – é o registo paradoxal das duas grandes forças psicológicas envolvidas na construção do Império da Índia, e na sua perda, ou seja, a cobiça desmedida e a escassez de homens, e a fé religiosa” Bueno, Alexei: *Introdução e notas*. In: Brito, Bernardo Gomes de (org.). *História trágico-marítima*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, Contraponto Editora, 1998. p.IX

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Carneiro, António de Mariz. *Descrição da fortaleza de Sofala e das mais da Índia*. Lisboa. Fundação Oriente, 1990 (reprod. Facsímilar do original de 1649)

<sup>8</sup> Bocarro, António. O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental. Lisboa. Imprensa Nacional, 1992. v. p.15.

<sup>9</sup> Camões, Luiz de. Os Lusíadas - canto I - 54.

<sup>10</sup> Esta característica dos textos coloniais portugueses do século XVIII fez com que Thornton e Miller os qualificasse como uma mescla “de autênticos materiais originais, cópias inconfessadas dos predecessores, interpretações grosseiras próximas da distorção aberta e elogios hagiográficos de protetores aristocratas feitos por humildes e suplicantes” Thornton, John K. & Miller, Joseph C. A crónica como fonte, história e hagiografia; o Catálogo dos Governadores de Angola. Revista Internacional de Estudos Africanos, n. 12-13, jan.-dez. 1990. p.54

<sup>11</sup> Cruz, p. 123

<sup>12</sup> Entenda-se *literatura de viagens* como um conceito operatório que agrega num mesmo território um “conjunto de textos documentais ou literários que à viagem (por mar, terra, ar, ou percursos imaginários) vai buscar uma identificação especial. E não só à viagem enquanto deslocação, percurso mais ou menos longo, mas também ao que, por ocasião da viagem, parece digno de ser registado: a descrição da terra, dos usos e costumes dos seus habitantes, das situações históricas e antropológicas que, por contraste (outra forma de deslocação) com as origens dos viajantes, forma um texto homogêneo e participa da mesma intencionalidade” Cristóvão, Fernando. A literatura de viagens e o contributo árabe. In: Actas dos 1º Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1995. p. 331.

<sup>13</sup> O mosaico cultural moçambicano tem as contribuições de três grupos: os portugueses, a tradição oral dos bantu, e os sauhilis (árabes), dos quais lembramos a título de exemplo, um dos mais antigos e belos poemas sobre Sofala, de alegada autoria de Ahmad Ibn-Majid, o piloto árabe de Vasco da Gama, intitulado *As-Sufaliyya*.

<sup>14</sup> “Olhada como produto alienígena, obstáculo à reabilitação cultural que se ia tecendo na ruptura com o passado histórico, marginalizada pela coerção de um formalismo exclusivista, ou ostracizada por uma ideologização excessiva, conserva, por outro lado, a atmosfera de ineditismo que as coisas não reveladas emprestam à curiosidade humana” Lobo, Almiro Jorge Lourenço. A emergência do literário na “Relação do estado presente de Moçambique, Sena, Sofala, Inhambane, e todo o continente de África Oriental”, de Ignacio Caetano Xavier (1785). In: Actas do Seminário Moçambique: navegações, comércio e técnicas. Lisboa : Comissão Nacional para a comemoração dos descobrimentos portugueses, 1998 p. 207-8

<sup>15</sup> Lobo, p. 208

<sup>16</sup> Lobo, p. 210

<sup>17</sup> Lobo, p. 210

<sup>18</sup> Lobo, p.210.

<sup>19</sup> Crsitóvão, p. 332.

<sup>20</sup> A cada um corresponde um tipo de viagem. “os textos de peregrinação resultariam de viagens de peregrinação, os de comércio de viagens análogas, os de expansão política, ideológica e científica de viagens de expansão, os de turismo e viagens de grupo de turística e os textos sobre viagens imaginárias da viagem utópica” Lobo, p. 154.

<sup>21</sup> Tovar Joaquín Rubio. Libros españoles de viajes medievales (selección). Madrid, Taurus Ediciones, 1987 p. 10

<sup>22</sup> Cristóvão, p.331

<sup>23</sup> Cristóvão, p. 331

<sup>24</sup> Tovar, p. 30-1

<sup>25</sup> Todorov, Tzvetan. As morais da História. Mem Martins . Publicações Europa-América, 1992. Todorov, Tzvetan. Nós e os outros. a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro . Jorge Zahar, 1993

<sup>26</sup> “In the case of travel literature, it is hard to avoid the feeling of monotony, wich it inspires, wich is no doubt due to the relatively limited means of expression, but also to the distance wich never changes and by wich the observer is separated from a world to wich s/he remains external and of wich s/he has only a superficial knowledge.” Mason, Peter Deconstructing America. representations of Other. London and New York : Routledge, 1990